

# Eleições e liberdade – Murillo de Aragão

*Estamos diante de uma discussão que exige responsabilidade*

Por **Murillo de Aragão** - 9 de março de 2022



*Foto: Elza Fiuza/Agência Brasil*

Em um mundo inundado por informações, a questão da liberdade de expressão é posta diariamente como um desafio para a sociedade. A intensificação do fenômeno das **fake news** — antiquíssimo, por sinal — é parte da complexidade do assunto. Objetivamente, a liberdade de expressão será tema essencial no processo eleitoral deste ano. Os vetores de intercessão estão tanto nas narrativas de campanha quanto nos aspectos regulatórios, bem como nas repercussões judiciais de ambos. Declarações do ex-presidente Lula de que a mídia eletrônica e as redes sociais precisam ser reguladas revelam a ponta mais visível do problema. Lula erra ao colocar ambas no mesmo patamar.

A mídia já é regulada, com limites constitucionais e legais. Ir além é emular comportamentos ditatoriais. Já nas redes sociais a questão está na responsabilização de quem escreve. Todos devem ter a liberdade de se expressar, mas com a devida responsabilidade. Nos últimos tempos, a partir de episódios relacionados às eleições americanas, as redes sociais avançaram nesse sentido. Mas ainda devem à sociedade.

“As emissoras não podem ser objeto de retaliações que criem obstáculos à liberdade de expressão”

Aparentemente, o Tribunal Superior Eleitoral está atento e mais preparado para enfrentar os desafios das fake news no processo eleitoral. O aplicativo **Telegram**, depois de correr o risco de ser banido do Brasil, obedeceu a uma decisão do Supremo, ainda que a eficácia dessa decisão seja duvidosa. O enquadramento das redes sociais e dos serviços de mensagens não é tarefa simples. Já a mídia tradicional está mais exposta, visto que veículos e jornalistas são processados pelo que eventualmente escrevem. Na prática, a imprensa segue a lógica de que todo mundo pode falar o que quiser, desde que se responsabilize pelo que diz. Por isso esta revista tem um editor responsável e o colunista que aqui escreve também tem de se responsabilizar pela opinião

que emite. O mesmo não acontece de forma harmônica nas redes. É uma assimetria grande e a questão deve ser seriamente debatida.

No campo regulatório, diversas concessões de televisão, com destaque para as cinco emissoras da Rede Globo, algumas da Record e da Bandeirantes, deverão ser submetidas ao processo de renovação. Elas vencem no dia 5 de outubro, três dias após o primeiro turno das eleições. O tema surge em um momento ruim pela potencial contaminação eleitoral. Os atuais ponteiros têm uma relação conflituosa com a mídia. Postos os problemas das redes sociais e da renovação das concessões, a reflexão a ser feita envolve a liberdade de expressão. Ela, sim, deve ser assegurada.

Responsabilizar as redes e obrigá-las a seguir nossos preceitos constitucionais não significa obstruir a liberdade de expressão. Já politizar o debate da renovação das concessões pode se revestir de ameaça a tais liberdades. Há quem não goste da emissora A ou B, mas todas — de modo geral — exercem a liberdade de informar garantida pela Constituição. A questão deve ser tratada com responsabilidade pelos candidatos e, adiante, pelo Congresso.

As redes sociais ampliam a difusão das informações e isso deve ser assegurado. Mas as responsabilidades devem ficar claras. As emissoras de rádio e televisão cumprem papel essencial na construção da nossa democracia. Não podem ser objeto de retaliações nem de regulações que possam criar obstáculos à liberdade de expressão e de imprensa.

## Autor

## Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia , BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma , Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York) . Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor do seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

[View all posts](#) 

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (Uniceub), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da International Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia, BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma, Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York). Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor de seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

---

